

Observatório Internacional



Seção I

Artigos

Porto Alegre – RS – junho / 2000

A GLOBALIZAÇÃO E AS REGIÕES MERCADOS: ALCA: UMA UNIÃO COMERCIAL OU POLÍTICA? Roque Callage Neto*

Resumo - o aprofundamento dos modelos de Globalização e Neo-liberalismo está conduzindo à conformação de Regiões-Mercados de Livre Comércio, que em instância mais radical, podem até avançar à constituição de Mercados Comuns, imitando caso europeu. As políticas tradicionais dos Estados Nacionais cedem lugar a interesses supra-nacionais, organizados em Regiões de Civilizações Afins - prenunciando "etapa de choque cultural de modelos civilizatórios". A fase do Estado-Nação se esgota enquanto cresce possibilidade de Confederações de Civilizações, desafio para o século XXI. Apresentada como uma zona de livre comércio, a *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA), defronta-se com o impasse entre permanecer nesta condição ou avançar para uma remota confederação hemisférica.

Introdução

O período da segunda metade da década de 80 até o presente tem sido marcado pela emergência rotineira do conceito de *globalização* ao lado do de *neoliberalismo* ambos oriundos de centros acadêmicos europeus que sugerem uma *nova moldura de modelo* para relações internacionais. (Touraine: 1995; Hobsbawm: 1996).¹ *Globalização* seria o avanço de conglomerados industriais-financeiros pela abertura dos mercados extra-nacionais de Capitais, Produção e Consumo, mantendo-se fechado o mercado de trabalho de cada Nação. *Neo-liberalismo*, a concepção sistêmica que operaria a Globalização, através da ofensiva por desregulamentação de Instituições de Governo, diminuição de empresas dirigidas ou agenciadas pelo Estado e drástica redução de Políticas Públicas do anterior

Estado Keynesiano de Bem Estar, oriundo da Segunda Guerra Mundial. Reconhece-se como tarefas de Governo a Justiça e Segurança, a Educação Elementar e a Promoção de Saúde Básica, “três fatores de competitividade da mão de obra”

Este modelo tem invariavelmente substituído, onde se implanta, as políticas macroeconômicas anteriores, baseadas na coordenação de substituição de importações por *Estados Nacionais* e oportunizando abertura de *Regiões-Mercados*.(Arendt:1990)²

Desestrutura-se, assim, o que fora a tônica do período do Pós-Guerra, no ciclo curto de 40 anos após 1945 - caracterizado pela emergência de novas nações, *Pós-Coloniais*.(Arendt: ibid)³ Analistas apressados, no início dos anos 90, qualificaram o fenômeno de “*retorno a regimes livre-cambistas flutuantes da década de 20*”.

Em verdade, o conceito de **globalização** procura exprimir a drástica reviravolta das relações econômicas e comerciais ocorrida com o aumento do Poder Asiático nos anos 80 e de suas economias *autárquicas mistas, importadoras de materiais semi-elaborados, fortemente protecionistas e exportadoras de produtos finais que agregam altos serviços* - à frente o Japão, de grande densidade tecnológica.

Trata-se um modelo bastante diferente do protecionista substituidor de importações, e com muito maior dinamismo, pois *a etapa do conhecimento final* é que concentra a riqueza no coeficiente de importação/exportação, desenvolvendo uma *Sociedade de Conhecimento* de enorme valor agregado de trocas.⁴ Somou-se a isto, o declínio lento porém persistente no formato do Estado-Nação mais convencional e desenvolvido do planeta (Estados Unidos da América) - exatamente em função da perda de dinamismo deste modelo, já atuando em situação *multilateral*. Também o aprofundamento do Mega-Bloco Comercial constituído **pela União Européia**, e ao fim do **Bloco Alternativo** de Estados-Nações originados do Pós-Guerra, orientados pelo *Socialismo de Comando Uniclassista Multinacional*. Todos estes fatos prenunciando, muito mais do que conflitos tribais, nacionais, regionais ou sistêmico-políticos, o começo de real *Conflito de Civilizações* e a possibilidade de surgimento de novos Paradigmas que incluam uma **Confederação Civilizacional**.⁵

1. As Regiões Emergentes e a Nova Economia

No quadro que se intensifica pela concorrência aberta *na competição participativa de novo tipo* por mercados consumidores de alto grau de exigência técnica, como **os europeus**, acostumados a especificações de produção qualificada e otimizados por preços compatíveis, há baixa continuada do custo dos fatores - especialmente do **capital industrial**, pelo uso da Micro-eletrônica, a Computação e as Telecomunicações. Já é consenso dizer-se que o mundo ficou pequeno através de decisões rápidas, tomadas em blocos privados financeiros ou blocos integrados comerciais. Sequência inevitável de um processo de expansão capitalista que começou com **firma familiar**, a **empresa aberta**, **Nação**, **Região**, os blocos emergem como necessidade competitiva dinâmica, multilateral. Após a adoção de tarifas preferenciais entre as Nações, são propostas **Zonas de Livre-Comércio**, com a possibilidade de se alçarem à condição de **Uniões Aduaneiras** ou **Mercados Comuns** em regiões inteiras do planeta.

O que há de comum nestas políticas, é a perda progressiva dos instrumentos reguladores clássicos do Estado Nacional, incluindo a *diplomacia exclusivista*, o *controle de moeda e câmbio*, *determinação de tarifas e impostos*, aproximando **Confederações Regionais**.

Substituem desde o modelo dito *livre-cambista liberal clássico* (que nunca chegou a ser praticado nem onde se originou, na Inglaterra do séc. XVII), e o *protecionismo comercial liberal-conservador baseado em produtos primários*. Também substituem os modelos das décadas de 50/70 que geraram **enormes conflitos entre si** nos países em vias de desenvolvimento, desembocando em Ditaduras Militares: o de *substituição nacionalista de importações por etapas industriais*, o de *vantagens comparativas dinâmicas de mão de obra barata e abertura exportadora*, e o de *monopólio de comércio exterior pelo Estado ou Partido-Estado*.

Em um aprofundamento mais radical, como é o caso da União Européia, há inclusive *exercício compartilhado* dos recursos **políticos** de Estado, através do Direito Comunitário, e as instâncias do Parlamento Europeu, o Poder Judiciário Comum e exercício de Super-Presidência, *rotativa por todos os membros da Comunidade*. Neste caso, com o advento da moeda comum, o Euro, e sua circulação efetiva, em 2.002, poucos passos faltam para uma efetiva **união política** em Confederação. O próprio Tratado de Maastrich,

que regulou a União Européia, foi ratificado em vários plebiscitos nacionais, indo além de instâncias partidárias. A União, esboçada desde a Comunidade do Carvão e do Aço, em 56, tomou seu decisivo impulso nos anos 70, como resposta às rivalidades por hegemonias na Europa, entre Estados Unidos e ex-URSS, nos marcos da Guerra Fria. Ao desenhar-se o neoliberalismo globalizante, a resposta européia foi de aprofundamento liberal-social-democrático confederativo, cheio de políticas compensatórias além do “*livre-mercado*”

2. Histórico do Caso Americano

No caso das Américas, Mallmann(1994) mostra que, desde a descolonização original anti-britânica por parte dos Estados Unidos e anti-espanhola, pelas Américas do Sul e Central, o assunto tem periodicamente voltado à cena. Foram propostas uma zona de livre comércio hemisférica anti-européia (pelos EUA) e uma confederação de língua espanhola, já marcadamente anti-norte-americana.⁶

Afirmou-se, entretanto, uma política *pan-americana* de defesa continental anti-européia pretendida pelos EUA, impondo sua zona de influência através da **Doutrina Monroe**, de 1823 – que, embora originalmente contivesse outra proposta, foi usada para legitimar constantes intervenções. O sistema inter-americano foi finalmente consolidado no segundo pós-guerra, em meio a contenciosos históricos, já marcados pela terceira tentativa de cooperação latino-americana dos anos 1960 a 1980, também exclusivamente latino-americana e neste ambiente, já hostil aos Estados Unidos.

Entre os países do Continente, amplas diferenças separam modelos constitutivos de suas Nações, gerando-se ressentimentos e contenciosos históricos. Durante o século XIX, quando de sua constituição definitiva como Nação, os Estados Unidos consolidam, progressivamente projeção extra-regional, conflituando com as jovens nações de origem no colonialismo Ibérico (Espanhol e Português), por derivação de seu conflito com a Espanha.

2.1. Associação de Livre-Comércio das Américas

Nos últimos anos do século XX, a diplomacia norte-americana, pressionada pela nova realidade de agentes supranacionais constituídos em blocos comerciais regional e culturalmente afins, seja na área da União Européia, seja Mercosul, logo após, se volta de início para uma zona de livre comércio dentro de sua esfera imediata de fronteira - caso do Canadá e México na América do Norte, criando o **Nafta**, que é ratificado pelos Congressos

dos três países membros. E logo após, no que demonstra ser uma visão “nacionalista” exacerbada com o período da Guerra Fria, dá dimensão protecionista às suas costas do Pacífico, participando da construção da **Associação dos Países Exportadores da América do Norte e do Pacífico**.

A antevisão pan-americana sob liderança dos EUA é, entretanto, mais forte: tendo sido despertada pelo ex-presidente republicano George Bush como “**Iniciativa para as Américas**”, é convocada em 1994, pelo sucessor democrata Bill Clinton uma **Cúpula das Américas**, em Miami. São 34 chefes de Estado de regimes organizados como democracias representativas que decidem criar a **Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)**, visando abolição de barreiras tarifárias e negociações concluídas até 2005. Cria-se um novo organismo de ação hemisférica, além dos já existentes Organização dos Estados Americanos (**OEА**), Comissão Econômica da ONU para América Latina e Caribe (**CEPAL**), Banco Interamericano de Desenvolvimento (**BID**), entre outros de menor influência, cada um em âmbitos de ação diferenciados e com características que lhes são próprias. Uma segunda cúpula foi realizada, desta vez em Santiago, em março de 1998, comprometendo outras metas: assegurar até 2010 o acesso e permanência de 100% dos menores à Educação, investindo através do BID US\$ 12 bilhões em campanhas pela erradicação da pobreza.

Organizado desde logo à maneira de uma corporação hierarquizada por atividades e serviços, a **ALCA** se compõe de todos os Ministros de Comércio do Hemisfério que definem o Plano Geral, secundados por 12 grupos de trabalho que compilam exaustivas informações sobre as relações comerciais, e de vice-ministros de Comércio que coordenam os grupos. Sucessivas reuniões vêm ocorrendo desde a primeira em Denver, 1995, nos Estados Unidos. Os ideários genéricos manifestados desde Denver foram os de adesão à *Democracia Representativa, Livre Comércio e Desenvolvimento Sustentável*. Igualdade Soberana dos Estados, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias. Contenciosos também vão surgindo, mesmo porque o protecionismo agrícola norte-americano em várias áreas, associado a legislações que tratam de direitos autorais e propriedade intelectual - diferentes em vários países se somam ao problemas de barreiras tarifárias de variada natureza. Importante em Denver, e secundado em outros encontros, é o reconhecimento de “heterogeneidade e diversidade de recursos e culturas”, que entretanto, “mediante a

formação de sólidos vínculos associativos, farão avançar nossos interesses e valores comuns”⁷

É então que a nova conformação hemisférica mostra sua definição por políticas neo-liberais, já na esteira de reformas monetárias, financeiras e administrativas realizadas em sequência pelo México, Argentina, Brasil, Peru e Bolívia e recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional: “a modernização do Estado fortalece a Democracia, incluindo reformas que agilizem operações, reduzam e simplifiquem regulamentações e procedimentos governamentais”.

Um Poder Judiciário independente é visto como “peça de sistema jurídico eficaz e democracia duradoura”. Inclui-se, porém, além das regras de exclusivo mercado livre, cláusulas de melhor atendimento das necessidades da população, especialmente da mulher e dos grupos mais vulneráveis, como populações indígenas, deficientes, crianças, idosos e minorias. Afirma-se que “setores privados dinâmicos e desenvolvimento sustentável - comércio sem barreiras, sem subsídios, práticas desleais, com fluxo crescente de investimentos produtivos, e a promoção do desenvolvimento integração progressiva dos mercados de capital são as principais necessidades”.

2.2. Diferenças de Modelos

2.2.1 Diferenças Econômicas

As controvérsias estão aparecendo entre as elites de cada nação, que buscam influenciar o projeto ALCA, tornando o prognóstico do acordo ainda de difícil exatidão. O Governo brasileiro, pressionado no âmbito empresarial, já declarou que não aceita acelerar o rebaixamento de tarifas, proposto pelos Estados Unidos no último Encontro de Cúpula de Santiago, em marco deste ano. A própria idéia de tarifa zero em 2005 assusta várias elites regionais mais arcaicas, organizadas em torno de **oligarquias**, e acostumadas desde o início do século com o **protecionismo estatal aos seus produtos primários, e depois secundários**. Há contenciosos comerciais importantes, em torno das exportações brasileiras de sucos de laranja, aço e calçados aos Estados Unidos, que enfrentam barreiras não tarifárias. Entre os 33 grupos de produtos mais dinâmicos da economia mundial, o país só tem participação importante no item “Veículos”, conforme **Roberto Teixeira da Costa**.⁸

O argumento mais forte difundido no Brasil é o de que a possibilidade de a indústria instalada no País seja dizimada pela competição com os norte-americanos e

exposição a uma economia com um PIB de U\$ 7 trilhões, 10 vezes maior do que o brasileiro. Embora esta projeção seja considerada “evidentemente exagerada”, estimativas da própria Associação dos Exportadores Brasileiros dão conta de que as exportações norte-americanas cresceriam **o dobro** das brasileiras uma vez criada a região de livre comércio. Os setores mais afetados, a estimativas de hoje, seriam os de Brinquedos e Automotivo.

Os Estados Unidos querem aumentar seus saldos comerciais - só no ano passado tiveram superávit de U\$ 5 bilhões nas relações com o Brasil, 20.84% a mais do que em 96. A única região do mundo de onde obtém seus superávits é, justamente, a **América Ibérica** - 42% do comércio norte-americano é com o hemisfério.

Há outros indicadores de produtividade fundamentais para se avaliar a abertura livre do mercado a produtos norte-americanos: a média ponderada de escolaridade dos trabalhadores brasileiros é de **6.5 anos**, contra **14** dos EUA, o que significa valor agregado no coeficiente preço evidentemente maior. Entre os norte-americanos, **61%** têm entre **12 e 16 anos de educação**, enquanto no Brasil **apenas 15%** dos trabalhadores recebem escolaridade por tal período. Torna-se então consensual de que é *necessário aprofundar além de conjunto de reformas do Estado que viabilizem a “privatização das ações econômicas”*, **uma segunda geração de reformas** dedicada à questão tributária, pois os países da região não são competitivos por “exportarem tributos” - é menor a eficiência de seus regimes econômicos, protecionista em volta de Estado **Cartorial-Patrimonialista**.

Vejam a constatação de Jorge Gerdau Johanpeter, influente empresário de atuação global, presidente do “Grupo Gerdau”:

- De cada U\$ 100 de preço para um produto no Brasil, U\$ 20 a U\$ 30 são de impostos e U\$ 20 de juros ao longo da cadeia produtiva.

A estratégia negociadora do Itamaraty tem sido a de dilatar ao máximo o prazo de negociações, pressionando os Estados Unidos a eliminarem suas barreiras a produtos da América Ibérica. A diplomacia brasileira conseguiu o reconhecimento de acordos comerciais regionais com hierarquia e amplitude. O Mercosul foi preservado como bloco comercial, em fase de União Aduaneira intermediária e deverá constituir-se no principal parceiro da ALCA como entidade jurídica, não se subordinando às suas decisões nem sendo

absorvido por ela. As regras regionais da ALCA, por outro lado, se subordinarão às decisões da Organização Mundial de Comércio.

2.2.2. Diferenças Jurídico-Políticas

Há muita assimetria entre a legislação estadunidense e o restante do Hemisfério. A prioridade brasileira de justamente consolidar o Mercosul, ampliar acordos de livre comércio com países vizinhos (Chile e Bolívia) e o Grupo Andino (Equador, Peru, Colômbia, Venezuela) pretende, em tese, equalizar esta desproporção de fatores. A integração regional é vista como etapa para ganhos de escala crescentes, onde gradualismo é a palavra-chave.⁹

Do outro lado, Clinton enfrenta resistências *dos nacionalistas conservadores*, protecionistas nos seus empregos, contra produtos estrangeiros que podem ser prejudiciais ao mercado interno (**especialmente os provenientes da América Ibérica**), e dos *liberais*, que querem **regras iguais** nas cláusulas trabalhistas e ambientais nos países de onde se originem as importações. Vejamos tabela amostral de pesquisa realizada pelo Banco de Boston, nos EUA, com 1.003 cidadãos amostrados, sobre a ALCA. trouxeram significativas respostas :

PESQUISA DE OPINIÃO

Os norte-americanos e a Área de Livre Comércio das Américas

O Livre Comércio tira empregos internos - 51%

São contra livre comércio com a América Latina 57%

Fonte: Banco de Boston, "Survey about Alca"

A posição dos Estados Unidos, ainda eivada de grande nacionalismo imperial, tem sido a de não avançar além de Zona de Livre Comércio, enquanto avalia possíveis projeções extra-continentais do Euro como moeda da União Européia. Analistas experientes, como Fred Bergsten, diretor do Instituto para a Economia Internacional, nos EUA, afirmam claramente que o Euro desafiará o Dólar como moeda chave no mundo, calculando em números este desafio: serão transferidos investimentos em dólar para euro perto de US\$ 1 trilhão, 35% mais do que o PIB anual brasileiro. Haverá mais simetria nas relações monetárias multipolares, pois EUA e a União Européia detêm participação quase

igual (cerca de 20% cada) na produção mundial e nas exportações globais (15% cada). Para o Brasil, um dos países de maior endividamento do Planeta, e que exporta perto de 35% de sua produção à UE, esta dívida será repartida de maneira mais proporcional, fora da influência do Dólar. O próprio Mercosul já se encontra em negociações adiantadas para constituição de Zona de Livre Comércio Inter-Regional com a União Européia após concretizar sua União Aduaneira, prevista para 2002. Para os europeus, este audacioso passo representa ampliar uma clientela qualificada para transações “em Euro”.

2.2.3. Diferenças Civilizatórias

Em verdade, o que há são significativas diferenças do modelo de cidadania norte-americana e também canadense, baseado em suas colonizações, feitas por “granjeiros independentes”, com modelo político representativo; e o sistema ibero-americano, um conjunto de *oligarquias* e *haciendas*. (vide adiante, excurso de Darcy Ribeiro). A organização social, política, administrativa e jurídica dos EUA condiciona os termos de troca e a conformação da região de livre-comércio.

Com efeito, as matrizes de trocas equilibradas ocorrem entre mercados mais estruturados, o que pressupõe integração de produção, instâncias de decisão e participação de compradores e consumidores qualificados como demandantes apoiados por arbítrio legal, através de um Judiciário de extrema funcionalidade. Os contenciosos culturais são históricos, retornam e se aproximam, mas têm boa possibilidade de ser ultrapassados - até porque os Estados Unidos estão se adaptando a conviver com a realidade de um país que se torna *crescentemente diversificado etnicamente*. Segundo as projeções do Birô de Censo Nacionais dos EUA, em 2006, o que eles chamam genericamente de “*latinos*” já terão superado os negros como maior minoria étnica nos Estados Unidos.

No ano 2050, os brancos, que formam hoje 72.5% da população, serão 52.8%. Os negros passarão de 12.2% em 1998 para 13.6%, os asiáticos de 3.7% para 8.2%, os latinos de 11% para 24.5%. Mais que triplicando a atual população de 30 milhões de hispânicos para 96 milhões, sem contar os imigrantes em situação ilegal, estimados em mais de 5 milhões. Há o que analistas consideram uma “confederação de minorias” em marcha, embora convivendo com segregação.

Excursão - Darcy Ribeiro

Darcy Ribeiro, famoso antropólogo brasileiro, afirmava em seus trabalhos que dois modelos conformaram basicamente as Américas, dividindo-as em “**Colônias de Povoamento**” e “**Colônias de Extração**” - comportando esta última uma variante que seria a de “**Feitoria de Extração**”. No primeiro caso, transplantaram-se experiências civilizatórias automaticamente do mundo europeu, constituindo-se “**povos transplantados**”, fundamentados em seus ideais de liberdade, justiça, cidadania, participação comunitária, originais. Os Estados Unidos da América, e o Canadá são os integrantes anglo-saxônicos e franceses do primeiro tipo. Na região Centro-Americana, a Costa Rica, aparece como projeção transplantada da Espanha culta e instruída, de aldeões com longa experiência democrática. Na região Sul-Americana, a Argentina e o Uruguai, após suas independências recebendo afluxo maciço de imigrantes baseados no colonato graneiro e artesão, constituindo-se igualmente uma projeção européia.

Nos restantes países da pretendida ALCA, verifica-se o que Ribeiro chamava de “**povos novos**” - oriundos de “colônias extrativas espanholas ou portuguesas” amalgamadas com a presença africana ou indígena (casos do Chile, Venezuela, Colômbia e Brasil como principais). Os “**povos testemunho**” seriam aqueles que haviam atingido considerável estágio civilizatório pré-colombiano, caso do México, Guatemala e países andinos (Peru, Bolívia, Equador). Já o Caribe é um conjunto de povos desenraizados de suas tribos originais e deculturados, onde os negros se dissociam e justapõem aos europeus feitores, nos modelos de entrepostos escravistas de extração de açúcar desenhados por diversos colonizadores - Espanha, Holanda, França e Inglaterra.

Todo este mosaico cria a curiosa situação de que **habitantes de um mesmo hemisfério, falando a mesma língua**, sintam-se completamente apartados culturalmente, como os Estados Unidos e Belize (ex-Honduras Britânica), ou a Guiana, ex-Inglesa. Ou do Canadá francês e o Haiti. Suas experiências colonizatórias foram completamente diferentes. É que neste caso trata-se de Macro-Etnias transplantadas (caso das primeiras 13 colônias que formariam os EUA e caso do Canadá), e as etnias deculturadas novas, *caso do Brasil Nordeste, Colômbia, Venezuela, América Central e Caribe. O que na quer dizer que não haja vários pontos de intersecção, ou mesmo fratura.*

Dentro do próprio Estados Unidos, observa-se a macro-etnia deculturada também entre os anglo-saxões, que Ribeiro tipifica nas regiões **sulinas** do país, atrasadas nos paradigmas de cidadania democrática usufrutuária de direitos, em relação ao Norte e Meio-Oeste. Emergem reais contradições dentro da cada unidade nacional e delas entre si. Assim, “**Povos Transplantados**” em sua generalidade seriam a Região Sul do Brasil, o Prata, parte significativa do Chile, a Costa Rica, o Norte / Meio Oeste Americano e o Canadá. “**Povos Novos**”, o Sul dos Estados Unidos, Norte Mexicano, Centro-Nordeste Brasileiro, a Colômbia, Venezuela e Caribe. Finalmente, “**Povos-Testemunho**”, o Centro Sul Mexicano, a Guatemala, Honduras, Peru, Bolívia e Equador.*

* in RIBEIRO, Darcy, “*As Américas e a Civilização*”, Rio de Janeiro, Editora “Civilização Brasileira”, 1970,

Conclusões

Embora prematuro um prognóstico definido em torno de qualquer avanço ou recuo significativo do projeto ALCA no hemisfério - inclusive e principalmente quanto ao seu **estatuto jurídico integrador**, por divisões internas dentro da cada região e nação quanto ao **modelo europeu confederativo** - há significativas mudanças de enfoque pelos Estados Unidos quanto à convivência com a “outra América”.

Os EUA, embora divididos sobre o assunto - e sem o instrumento de acordos rápidos (“*fast track*”) - estão decididos a celebrar **acordos comerciais bem mais amplos que incluam modernizações cívicas na estrutura política do Hemisfério**. Isto implica abandono a oligarquias internas tuteladas, política predominante durante todo os anos 20, e no pós-guerra, quadro da Guerra Fria. A capacidade de barganha dos países ibero-americanos aumentará, quanto mais possam avançar reformas estruturais que os capacitem a encarar o século XXI como **Civilizações Ocidentais Híbridas** porém amplamente Modernizadas Estruturalmente

Não há ainda prognósticos claros sobre desdobramentos das questões eleitorais dos Estados Unidos - o que é de extrema importância pela diferença profunda que marca os dois grandes partidos americanos em alguns itens. Os Republicanos, de um liberalismo conservador, embora protecionistas, e completamente avessos à equalização de legislações compensatórias sociais. Os democratas, exigentes de que competições participativas dentro de regiões de livre comércio se façam atendendo especificações e regras claras de competição “*justa*”, entre os participantes, não querem “mão de obra barata “ que deprecie preços competitivos e cause desemprego em seu mercado interno. Considera-se também que as próprias políticas norte-americanas estão sendo profundamente influenciadas pela orientação equalizadora das importações de uma Europa Unida.

Só nos marcos de uma regulação agenciada que conduza a maior homogeneidade cívica, tecnológica, econômica e jurídica se poderá falar em equalização de termos de troca, primeiramente, ou de uma União Americana, em qualquer tempo.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

* O autor é Sociólogo e Professor, pós-graduado na área de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – concentração em *Mercosul e Regiões Mercados*. Publicado em versão reduzida como artigo exploratório in *Cadernos temáticos – Conversas e controvérsias* Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, março de 1999, pp.29-42

¹ Tanto em Sorbonne, França, como em Oxford, Reino Unido, estes conceitos interpretam a ofensiva liberalizante de mercados perpetrada por Margaret Thatcher (Reino Unido) e Ronald Reagan (Estados Unidos) quando à frente de seus governos no final dos anos 70 e ao longo da década de 80, ponto de partida do processo.

Para maiores detalhes em torno dos conceitos, ver-se **TOURAINÉ**, Alain, “Critique of Modernity”, Nova York, David MacKey, 1995 e **HOSBAWN**, Eric, “A Era dos Extremos”, São Paulo, Companhia das Letras, 1996. Touraine, diretor do Centro de Intervenção e Análise Sociológica da Sorbonne, observa que há efetivamente uma “**neo-modernidade**” proporcionada pelas aberturas de fronteiras, despertando “extraordinários avanços criativos”; já para Hobsbawn, catedrático de Oxford, após as “revoluções da modernidade”, um novo modelo político coloca em cheque os “**partidos de massa como agentes reguladores da relação entre Cidadania e Estado**”.

² Conforme Hannah Arendt, do ponto de vista sociológico, o Estado-Nação surge como “*o corpo político das classes camponesas européias emancipadas - isto é, proprietários rurais - e é por isto que os exércitos nacionais só puderam conservar sua posição permanente nestes Estados enquanto constituíam a verdadeira representação da classe rural, ou seja, até o fim do século XIX. Após, sucede-se a crise do Estado-Nação, oscilando entre o modelo de universalização do atendimento básico a todos os integrantes de seu território, ou a proteção só dos cidadãos nascidos em seu espaço, integrantes da sua gen*”, in **ARENDDT**, Hanna, “*Origens do Totalitarismo*”, São Paulo, “Cia das Letras, 1990, página 261.

³ A mesma Arendt, in op.cit. , documenta longamente os processos coloniais britânico e francês, apontando o primeiro como de “*tutela externa*”, ingerindo em oligarquias locais preparadas por Londres para a finalidade de opressão interna e aculturação. Já os franceses preferiram a ingerência direta, oportunizando maior participação política e representação de estamentos autóctones, que reproduziam o modelo de Paris. Neste caso, as colônias desfrutavam de maior autonomia, em colonialismo que a autora reputa como “*relativamente mais esclarecido*”. Quando da descolonização, especialmente no período de 45/70, são as dissidências das elites próprias elites internas, nos dois casos, que vão se constituir em camadas sociais burocráticas visando um **projeto nacional**.

⁴ O tema aparece ,entre outros autores,na obra do grande administrador austríaco radicado nos Estados Unidos, Peter Drucker.Para Drucker, “**sociedade do conhecimento**” ou “**sociedade da informação**” é um novo modelo social que cria uma categoria definitiva de “*trabalhadores da Informação*”, substituindo antigas classes do capitalismo industrial.O novo modo de produção, que Drucker identifica como “**pós-capitalista**”, não tem mais os conceitos clássicos de empresa agregadora de lucros através de mão de obra barata.É altamente inovador porque o que importa são serviços de inteligência contidos no valor de transformação e não os insumos de produção clássicos, o que impõe um projeto educacional de largo espectro. Empresas tornam-se crescentemente administradas por Fundos de Pensão que têm relações com acionistas

muito diferentes das antigas “companhias”.Um novo setor, de *organizações não-lucrativas*, para além do público e privado é gerido de forma “empreendedora”, gerando grande parte das riquezas.Maior do que a Renascença e a Revolução Industrial, o presente período se caracteriza por “inovações globais”. in **DRUCKER**, Peter - “*A Sociedade Pós-Capitalista*”, Nova Iorque, David MacEny Ed., 1994.

⁵ **HUNTINGTON**, Samuel, “**Choque das Civilizações?**”, in Revista “Política Externa”, volume 2 número 4, Rio de Janeiro, Editora “Paz e Terra”, 1994.Huntington, diretor de *Centro de Estudos Estratégicos de Harvard*, afirma que uma civilização é “o mais amplo agrupamento cultural de pessoas e o mais abrangente nível de identidade cultural que se verifica entre os homens, excetuando-se aquele que distingue os seres humanos das demais espécies”.Antevê o fim da Nação-Estado, e de que o conflito entre civilizações vai caracterizar a fase mais recente da evolução dos conflitos no mundo moderno.Agrupa oito grandes civilizações e as observa consideravelmente diferentes nos seus modos de vida: “**ocidental,confuciana, japonesa,islâmica, hindu, eslava ortodoxa, latino-americana e possivelmente, africana**”.Demonstra que o a idéia de governo democrático moderno nasceu no Ocidente, e quando se desenvolveu em sociedades não-ocidentais, geralmente foi produto do colonialismo ou da oposição ocidental.

*Conquanto os pontos de vista dos quais parte Huntington sejam altamente respeitáveis e empiricamente demonstráveis, sua tipologia de civilizações omite que vários modelos civilizatórios têm ligação conexa entre si, sendo deculturações de uma mesma matriz étnica.Assim, a civilização “confuciana” a que se refere, e a japonesa,são elementos de um mesmo tronco civilizacional, considerada sua gen.Ao mesmo tempo, a America Latina, embora deculturação da civilização ocidental, é parte intrínseca dela.Seu exemplar mérito é observar que os paradigmas de uma “**confederação de civilizações**” se aproxima, que as civilizações “afins” estão se reunindo,que terão que entender-se com outras e que este período é extraordinariamente mais criativo do que o de “Organização de Nações”,em claro esgotamento.*

⁶ **MALLMANN**, Maria Isabel - “*Experiências de Cooperação na América: uma visão de conjunto*”, in Revista Humanas, Porto Alegre, Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, UFRGS, 1994, páginas 8 e 9.

⁷ O que aproxima a visão de Huntington.Embora separados por noções de Estado e Cidadania muito diferenciadas e em conflito, anglo-saxões e ibéricos são parte de uma mesma “Civilização Ocidental”, originada do Catolicismo, Protestantismo e Revoluções Inglesa (século XVII) e Francesa (Século XVIII).

⁸ **COSTA**, Roberto Teixeira da -“*Pauta de Produtos Exportáveis*”, in revista “Conjuntura Econômica”, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁹ **WUTHENAU**, Celedonio von.“*Os processos de Integração Estatais no Continente Americano*”, in “Contribuciones”, Buenos Aires, n.4, 1996.Sendo doutor em Ciências Políticas e ex-Assessor da Presidência argentina para o Mercosul, Wuthenau afirma que a integração entre blocos parece ser um caminho viável, que complementa uma insuficiente integração entre nações isoladas.Tanto o Nafta quanto o Mercosul já se encontram em fases adiantadas, o segundo mais do que o primeiro.A América do Sul tem interesse em reforçar primeiramente uma integração entre si para negociar em bloco com os Estados Unidos, principalmente.